RESENHA DA OBRA “CORONAVÍRUS E RESPONSABILIDADE CIVIL: IMPACTOS CONTRATUAIS E EXTRA CONTRATUAIS”, COORDENADA POR CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO, NELSON ROSENVALD E ROBERTA DENSA (2020)

REVIEW OF THE BOOK “CORONAVÍRUS E RESPONSABILIDADE CIVIL: IMPACTOS CONTRATUAIS E EXTRA CONTRATUAIS”, EDITED BY CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO, NELSON ROSENVALD AND ROBERTA DENSA (2020)

José Luiz de Moura Faleiros Júniorⁱ

A deflagração da pandemia do SARS-Cov-2 (também identificado como Covid-19, ou simplesmente coronavírus) no ano de 2020 já se tornou um evento sem precedentes na história, uma vez que seus impactos políticos, econômicos e sociais atingiram praticamente todas as nações do planeta, desencadeando repercussões variadas e, infelizmente, altíssimo número de fatalidades.

A Ciência do Direito também foi fortemente afetada pela pandemia, e as principais mudanças foram notadas, no Brasil, a partir do mês de março de 2020, quando relatos dos primeiros infectados passaram a ser divulgados pela mídia. O final do mês desencadeou iniciativas legislativas, como a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre “as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconheceu o estado de calamidade pública, ou o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, posteriormente alterado pelo Decreto nº 10.289 de 24.3.2020, que instituiu o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

A partir da última semana de março, inúmeras medidas provisórias e portarias foram publicadas para tratar dos mais variados aspectos relacionados às consequências da pandemia; projetos de lei foram apresentados às Casas Legislativas em todos os âmbitos e,

ⁱ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Especialista em Direito Processual Civil, Direito Civil e Empresarial, Direito Digital e *Compliance*. Participou de curso de extensão em direito digital da University of Chicago. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Professor de cursos de pós-graduação. Membro Fundador do Instituto Avançado de Proteção de Dados – IAPD. Associado do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – IBERC. Advogado. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0192-2336>

essencialmente, diversos institutos jurídicos foram afetados, causando repercussões variadas e dependentes de investigações mais detalhadas.

Em ensaio publicado no ano de 2020, o português Boaventura de Sousa Santos enfatizou que “[e]xiste um debate nas ciências sociais sobre se a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise.”¹ Várias lições e interpretações poderiam ser extraídas desta reflexão, mas a que mais reverbera ao se analisar as conjecturas da pandemia no Brasil é a de que o verdadeiro antídoto não é a segregação, mas a cooperação – como também destacou Yuval Noah Harari em importante entrevista.²

Tendo em vista esse intuito cooperativo, bem antes de ser promulgada a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19), o Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil já se mobilizava para analisar os principais impactos da pandemia para a responsabilidade civil (contratual e extracontratual).

Ainda na segunda metade do mês de março de 2020, uma união de esforços dos juristas Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, Nelson Rosenvald e Roberta Densa deu início a uma importante empreitada: diversos colegas pesquisadores foram mobilizados pelos três idealizadores e coordenadores do projeto que se tornaria a obra analisada nesta resenha. Cada autor, imbuído do ímpeto investigativo necessário nesses tempos difíceis em que a incerteza ainda pairava sobre todos, buscou trazer luz a temas candentes e desafiadores da disciplina jurídica da responsabilidade civil.

Um time de sessenta pesquisadores produziu quarenta e três textos sobre os mais variados assuntos e a obra foi concebida em tempo recorde, com lançamento em formato *e-book* já na segunda semana de abril de 2020. Nada mais propício para garantir a rápida propagação do conhecimento de qualidade em tempos de distanciamento social, com o comércio fechado e dificuldade de acesso de profissionais e estudantes a livrarias e bibliotecas.

A introdução do trabalho ficou a cargo da Professora Mafalda Miranda Barbosa, da Universidade de Coimbra, Portugal, e trouxe detalhes da experiência europeia nos estágios iniciais da pandemia, com destaque para o caso português, com projeções negativas quanto à exclusão da responsabilidade contratual em casos de força maior ou por alteração superveniente das circunstâncias (p. XXV) e, ainda, projeções positivas quanto ao plano extracontratual, vislumbrando a possibilidade de que a Covid-19 se torne alicerce a pretensões reparatórias no confronto de realidades complexas (p. XVIII). Em suas palavras, “compete à doutrina cumprir a sua missão”.³

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020, p. 5.

² HARARI, Yuval Noah. Na batalha contra o coronavírus, a humanidade carece de líderes. *El País*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-13/na-batalha-contra-o-coronavirus-a-humanidade-carece-de-lideres.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

³ BARBOSA, Mafalda Miranda. Coronavírus: a responsabilidade na experiência europeia. O caso português. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (Coords.). *Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais*. Indaiatuba: Foco, 2020, p. XXXIII.

De um lado, uma experiência traumática, que afeta a todos, causa impactos a partir da experiência⁴ e altera as bases sociológicas da 'normalidade'; de outro, enfrenta-se uma necessidade imperativa de encarar a realidade e seus dilemas, uma vez que, como diz Aarnio, "a mudança é como um caleidoscópio, em que a generalização de uma certa visão para cobrir todo o estudo doutrinário do direito distorce irreversivelmente toda a imagem do processo de mudança".⁵ A doutrina pode cumprir esse papel de investigar pontualmente os reflexos de uma crise, mesmo em seus estágios iniciais, trazendo resultados profícuos:

A pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI.⁶

Firme nesse propósito, a obra foi subdividida em duas partes. Na primeira, composta por dezessete capítulos, são explorados os impactos do coronavírus sobre a responsabilidade contratual. Na segunda, composta por vinte e seis textos, são analisados os impactos extracontratuais, sob diversos ângulos e com hipóteses para o enfrentamento de problemas variados.

Diversos são os relevantes temas analisados na primeira parte da obra.

Nelson Rosenvald cuidou de averiguar os impactos da Covid-19 na responsabilidade advinda dos contratos internacionais (p. 3-18); Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho se dedicou a uma das maiores inquietações da pandemia: as configurações e os limites da invocação de força maior (p. 19-36); Sílvio de Salvo Venosa e Roberta Densa analisaram a mora (p. 37-46); Marcelo de Oliveira Milagres se dedicou à análise dos efeitos da Covid-19 quanto à irreversibilidade não imputável do incumprimento contratual (p. 47-54); Daniel Carnaúba, Daniel Dias e Guilherme Henrique Lima Reinig cuidaram da impossibilidade de cumprimento obrigacional nas relações de consumo (p. 55-64); Carlos E. Elias de Oliveira analisou as peculiaridades relativas aos honorários sucumbenciais na interface entre a responsabilidade civil e o coronavírus (p. 65-72); Rodrigo da Guia Silva analisou os impactos da pandemia ao instituto do enriquecimento sem causa (p. 73-84); Fabiana Rodrigues Barletta cuidou das nuances relativas à revisão contratual no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor durante a pandemia (p. 85-96); Arnaldo Rizzardo explorou nuances dos contratos bancários em tempos de pandemia (p. 97-106); Vynicius Pereira Guimarães tratou dos contratos de franquia empresarial (p. 107-116); Arthur Mendes Lobo e Wagner Inácio Dias exploraram a situação das locações comerciais durante a pandemia (p. 117-128); Walter A. Polido analisou os contratos de seguro (p. 129-146); Henrique Freire de Oliveira Souza se dedicou a averiguar o que muda quanto à responsabilidade civil das operadoras durante a pandemia (p. 147-164); Ingrid Zanella Andrade

⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Tradução do alemão para o inglês de G. E. M. Anscombe. 3. ed. 7. reimpr. Oxford: Basil Blackwell, 1986, p. 10-11.

⁵ AARNIO, Aulis. *Essays on the doctrinal study of law*. Dordrecht: Springer, 2011, p. 199, tradução livre.

⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*, cit., p. 29.

Campos, Frederico Moreira Alcântara de Siqueira e Igor Zanella Andrade Campos estudaram a responsabilidade civil no âmbito marítimo e portuário em razão do descumprimento das normas de enfrentamento à Covid-19 (p. 165-174); Rodrigo Freitas e Diana Loureiro Paiva de Castro trouxeram reflexões iniciais sobre os impactos da pandemia às relações entre lojistas e empreendedores em *shopping centers* (p. 175-188); André Araújo Molina analisou a responsabilidade civil do empregador pela contaminação de trabalhadores durante a pandemia (p. 189-198); Salomão Resedá cuidou da inquietante discussão acerca do artigo 393 do Código Civil e da interpretação generalizada que acaba sendo feita quanto à força maior (p. 199-212).

Tem-se, então, a segunda parte da obra, com mais inquietações.

Eduardo Dantas e Rafaella Nogaroli exploram os reflexos jurídicos e ético no distanciamento social, no confinamento e na quarentena domiciliar (p. 213-222); Alexandre Salim analisa os reflexos da pandemia sobre o direito penal (p. 223-234); Felipe Braga Netto cuida do novo perfil dos deveres estatais em razão da pandemia (p. 235-248); Alexandre Pereira Bonna, por sua vez, entrelaça o direito de danos às políticas públicas e à pandemia da Covid-19 em busca de um novo conceito de responsabilidade civil (p. 249-262); Rodrigo de Almeida Távora analisa a regulação econômica e a sustentabilidade frente à pandemia (p. 263-270).

Ainda na segunda parte da obra, alguns capítulos são dedicados mais especificamente à responsabilidade médica e aos diversos temas pontuais que a orbitam: Eduardo Dantas e Rafaella Nogaroli se unem a Graziella Trindade Clemente para explorar a responsabilidade civil do Estado e os reflexos jurídicos da recusa de atendimento a pacientes pela ausência ou inadequação dos equipamentos de proteção individual (p. 271-282); Roberto Henrique Pôrto Nogueira se dedica ao tema da responsabilidade civil do médico pela prescrição *off label* de medicamentos para a Covid-19 (p. 283-292); Rodrigo da Guia Silva e Rafaella Nogaroli avaliam como os algoritmos de Inteligência Artificial podem representar benefícios, riscos e trazer repercussões sobre a responsabilidade médica (p. 293-300); Bruno Leonardo Câmara Carrá e Livia Oliveira Lemos tratam da correlação entre danos extrapatrimoniais, direito à saúde e o coronavírus (p. 313-324).

Marcos Ehrhardt Júnior e Gabriela Buarque Pereira Silva trazem algumas reflexões sobre privacidade e proteção de dados pessoais durante a pandemia, se reportando à função preventiva da responsabilidade civil (p. 301-312); Gabriel Schulman analisa o princípio ativo da proteção de dados pessoais em interface com as tecnologias de telemedicina, a responsabilidade civil e a tutela dos dados pessoais sensíveis (p. 335-346); Luciana Dadalto explora a responsabilização civil daquele que descumpe testamento vital durante a pandemia da Covid-19 (p. 347-354); José Luiz de Moura Faleiros Júnior cuida da responsabilidade civil decorrente da desinformação propagada na Internet e do necessário controle de danos na pandemia (p. 355-368); Renata Vilela Multedo e Diana Poppe tratam dos efeitos do coronavírus na responsabilidade parental (p. 369-378); Heloisa Helena Barboza e Vitor Almeida analisam a imprescindível proteção da pessoa idosa nos tempos de pandemia (p. 379-390); Raquel Bellini de Oliveira Salles explora o apoio às pessoas com deficiência e suas periclitâncias em tempos de distanciamento social (p. 391-404); Adriano Marteleto Godinho trata da mistanásia, da morte

indigna dos excluídos e da responsabilidade civil do Estado (p. 405-416); Fernanda Schaefer trata da vacinação obrigatória e da responsabilização decorrente da recusa à imunização (p. 417-428); Diego Brainer de Souza André trata da responsabilidade civil no condomínio (p. 429-442).

Tem-se, ainda, os textos de Elton Venturi e Thaís G. Pascoaloto Venturi, sobre a responsabilidade civil pelas afetações da pandemia da Covid-19 (p. 443-456); de Clayton Reis, Guilherme Alberge Reis e Rafaella Nogaroli, em que são analisados os danos sociais decorrentes da desobediência aos decretos de suspensão de atividades empresariais na pandemia (p. 457-468); de William Garcia Pinto Coelho e Rodrigo Antônio Ribeiro Storino, no qual é traçado um diálogo entre as responsabilidades civil e penal e o compliance para a tutela de direitos fundamentais coletivos (p. 469-480); de Roberta Teles Cardoso, que explora a adequação da mediação para a solução de conflitos gerados pela disseminação do coronavírus (p. 481-488); outrossim, tem-se o texto de Daniel Bucar, Caio Pieres e Rodrigo da Mata, em que são apresentadas notas ao endividamento crítico e tempos de pandemia (p. 489-498); por fim, tem-se o trabalho de Atalá Correia, no qual a suspensão do prazo prescricional nas pretensões indenizatórias é o objeto de estudo (p. 499-510).

A amplitude temática sinaliza o profissionalismo de seus coordenadores, a acuidade dos pesquisadores que participaram do projeto e a relevância da proposta para o amadurecimento da pesquisa doutrinária em torno da Covid-19. Somente uma doutrina dedicada e preocupada em (re)construir o saber jurídico é que permitirá o avanço da Ciência do Direito, e o atingimento desse desiderato certamente se tornou mais factível a partir da obra “*Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais*”.

REFERÊNCIAS

AARNIO, Aulis. *Essays on the doctrinal study of law*. Dordrecht: Springer, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

HARARI, Yuval Noah. Na batalha contra o coronavírus, a humanidade carece de líderes. *El País*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-13/na-batalha-contra-o-coronavirus-a-humanidade-carece-de-lideres.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (Coords.). *Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais*. Indaiatuba: Foco, 2020.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Tradução do alemão para o inglês de G. E. M. Anscombe. 3. ed. 7. reimpr. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

Como citar: FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. Resenha da obra “Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais”, coordenada por Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, Nelson Rosenvald e Roberta Densa (2020). **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 342-346, maio/ago. 2020.